

CONDIÇÕES DE SAÚDE DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE JACOBINA - BAHIA¹

Health conditions of special education teachers of the Jacobina - Bahia

Condiciones de salud de los profesores de educación especial de Jacobina - Bahia

Osni Oliveira Noberto da Silva²
Theresinha Guimarães Miranda³
Miguel Angel Garcia Bordas⁴

Resumo

O objetivo deste artigo foi descrever as condições de saúde dos professores de Educação Especial que atuam com AEE no município de Jacobina/BA. Foi aplicado um questionário a 14 professores. As respostas do questionário foram tabuladas, categorizadas de forma estatística e o procedimento de compreensão dos dados foi baseado na Teoria Crítica. Foi possível observar que, de forma geral a maioria dos professores afirmaram praticar exercícios físicos, principalmente a caminhada ou corrida ao ar livre; entretanto grande parte afirmou sentir dores na coluna ou nas articulações e muito poucos pediram afastamento do trabalho nos últimos anos. Além disso a maioria considera sua alimentação muito saudável.

Palavras Chave: Trabalho docente; Educação Especial; Saúde docente

Abstract

The purpose of this paper was to describe the health conditions of Special Education teachers who work with AEE in the municipality of Jacobina / BA. A questionnaire was applied to 14 teachers. The answers of the questionnaire were tabulated, statistically categorized and the data comprehension procedure based on the Critical Theory. It was possible to observe that, in general, most of the teachers affirmed to practice physical exercises, mainly the walk or run in the open air; however much said he felt pain in the spine or joints and very few have asked to leave work in recent years. In addition, most consider their nutrition very healthy.

Keywords: Teaching work; Special education; Teaching health

¹ Este artigo é decorrente de parte integrante de pesquisa de Doutorado desenvolvido no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (PPGE/UFBA) e apresenta os achados referentes a saúde docente de professores de Educação Especial que atuam com Atendimento Educacional Especializado (AEE) no município de Jacobina/BA.

² Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Líder do Grupo de estudos, pesquisa e extensão em Educação Especial e Educação Física adaptada (GEPEFA) e integrante do Grupo de estudos sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (GEINE). Professor na Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus IV, Jacobina, Bahia, Brasil.

³ Doutora em Educação, com pós-doutorado pela Umeå University, Suécia. Integrante do Grupo de estudos sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (GEINE). Professora no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil.

⁴ Doutor em Filosofia pela Universidad Complutense de Madrid, com pós-doutorado pela Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha. Integrante do Grupo de estudos sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (GEINE). Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil.

Resumen

El objetivo de este artículo fue describir las condiciones de salud de los profesores de Educación Especial que actúan con AEE en el municipio de Jacobina / BA. Se aplicó un cuestionario a 14 profesores. Las respuestas del cuestionario fueron tabuladas, categorizadas de forma estadística y el procedimiento de comprensión de los datos fue basado en la Teoría Crítica. Es posible observar que, de forma general la mayoría de los profesores afirmaron practicar ejercicios físicos, principalmente la caminata o corrida al aire libre; sin embargo gran parte afirmó sentir dolores en la columna o en las articulaciones y muy pocos pidieron alejamiento del trabajo en los últimos años. Además la mayoría considera su alimentación muy sana.

Palabras clave: Trabajo docente; Educación Especial; Salud docente

Introdução

A preocupação com a saúde do trabalhador vem desde a Grécia Antiga. Segundo Pereira (2010) foram encontrados registros de pesquisas de Hipócrates, tido como o “pai da medicina”, acerca de doenças que acometiam os trabalhadores das minas de chumbo, por conta do contato deles com este elemento químico.

Entretanto apenas em meados dos anos 50 do século XX é que estudos sobre carga de trabalho e doenças ocupacionais foram levados em consideração nas políticas mundiais, ao passo que a partir daí ganharam cada vez mais importância.

A importância se dá pelo fato de que o trabalho humano está diretamente ligado, em um primeiro plano, ao seu próprio sustento, pois “o estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva”. (MARX, 1996, p. 298). Assim, a maneira que as condições de trabalho atuam na saúde do ser humano significam uma melhor condição de vida para o trabalhador.

Neste texto o enfoque recai sobre as condições de trabalho docente, em especial o elemento da saúde. De acordo com Tamez (2010) os diversos estudos sobre saúde docente acabaram por criar o termo “mal estar docente”, que se refere aos problemas de saúde decorrentes da especificidade do trabalho do professor. O mesmo autor ainda enfatiza que este conceito não pode ser analisado dissociado do contexto político, social e econômico em que o docente atua.

Esta afirmação se mostra muito consistente, pois de acordo com Oliveira e Vieira (2012), as políticas neoliberais implantadas por diversos países a partir dos anos 80 do século XX e especificamente no Brasil em meados dos anos 90, afetou diretamente o trabalho do professor, levando a precarização e perda de direitos historicamente conquistados. De acordo com os mesmos autores os principais impactos gerados por tais políticas foram:

(...) a) ampliação quantitativa da profissão docente; b) crescente heterogeneidade do trabalho docente; c) crescentes graus de desigualdade entre os docentes; d) deterioração das recompensas materiais e simbólicas; e) crescentes consequências no plano subjetivo (OLIVEIRA; VIEIRA, 2012, p. 20).

Oliveira e Maúes (2012) também destacam que a profissão acabou se tornando um dos principais alvos das políticas neoliberais, inseridas dentro de uma série de “diretrizes, programas e ações orientadas para a regulação e o controle profissional por meio de aferição e remuneração por desempenho, bem como a definição de competências e de certificações profissionais” (OLIVEIRA; MAÚES, 2012, p. 67).

Deste modo, com menores salários, menos gratificações, mais exigências, maiores cargas horárias, mais alunos, é notório que a saúde dos professores seja diretamente afetada. Por conta disso, embates entre os governos e os sindicatos da categoria ficaram cada vez mais constantes, pela sustentação dos direitos trabalhistas adquiridos ao longo dos anos.

Assim, apesar de diversos estudos sobre as condições de saúde docente já terem sido produzidos nos últimos dez anos (FOLLE; FARIAS, 2012; HÄFELE; SILVA, 2014; SILVA; GUILLO, 2015; EUGÊNIO; SOUZAS; LAURO, 2017; MOTA JÚNIOR *et al.*, 2017; FREITAS; CASTRO, 2018; TOSTES *et al.*, 2018), a questão da saúde docente de professores de Educação Especial, principalmente aqueles que atuam com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) de alunos com deficiência, ainda não foi explorada.

Deste modo, este artigo teve como objetivo descrever as condições de saúde dos professores de Educação Especial que atuam com Atendimento Educacional Especializado no município de Jacobina/BA.

Metodologia

Este texto pode ser caracterizado como um estudo de campo, do tipo exploratório, possibilitando desenvolver, elucidar e podendo servir também para levantar hipóteses ou formular problemas para futuras pesquisas (GIL, 2010).

Foi produzido um questionário próprio, com perguntas fechadas, usando como referências outros estudos sobre condições de trabalho docente (SILVA, 2013; NASCIMENTO, SANTOS, 2015; CARVALHO, 2016; ARAÚJO, 2017; SANTOS, 2017). As perguntas do questionário selecionadas para este artigo visam conhecer a saúde docente (focados especificamente os elementos da atividade física, sintomas de doenças, afastamento do trabalho e alimentação), que é segundo Borges *et al.* (2015) considerado um dos elementos que compõem as condições de trabalho do professor.

As respostas do questionário foram tabuladas, categorizadas de forma estatística e o procedimento de compreensão dos dados foi baseado na Teoria Crítica, que tem como princípios norteadores a não-neutralidade, a historicidade do conhecimento, estabelecendo nexos e paralelos entre os dados e as condições materiais subjacentes (VILELA; NAPOLES, 2010).

A pesquisa foi desenvolvida no município de Jacobina, o maior da região conhecida como Piemonte da Diamantina, no centro norte do estado da Bahia. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Jacobina apresenta uma estimativa populacional de 83.635 habitantes (IBGE, 2017).

O critério de seleção dos sujeitos participantes do estudo foi de que os docentes trabalhem há pelo menos um ano com Atendimento Educacional Especializado de alunos com deficiência no serviço público municipal de Jacobina.

Foi apresentado aos sujeitos participantes um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), que garante o sigilo das suas identidades, entre outros elementos que legitimam a participação voluntária dos sujeitos. Além disso o projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia (CEP/UNEB) sob número de protocolo CAAE: 79862917.6.0000.0057, que posteriormente foi aprovado através do parecer nº 2532.689.

Resultados e discussão dos dados

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, o município de Jacobina possuía um total de 17 professores de Educação Especial que atuam no AEE há pelo menos um ano. Desse total, 14 professores aceitaram participar da pesquisa, perfazendo um total de 82,35% do universo encontrado. Todos os 14 docentes participantes do estudo são do sexo feminino, com idades entre 35 a 57 anos de idade, como observado na tabela 1.

Tabela 1 – Dados gerais dos professores participantes

Participantes	Sexo	Idade
Sujeito 01	Feminino	47
Sujeito 02	Feminino	46
Sujeito 03	Feminino	50
Sujeito 04	Feminino	36
Sujeito 05	Feminino	46
Sujeito 06	Feminino	48
Sujeito 07	Feminino	44
Sujeito 08	Feminino	35
Sujeito 09	Feminino	49
Sujeito 10	Feminino	39
Sujeito 11	Feminino	39
Sujeito 12	Feminino	48
Sujeito 13	Feminino	57
Sujeito 14	Feminino	47

(Fonte: Elaboração própria, 2019).

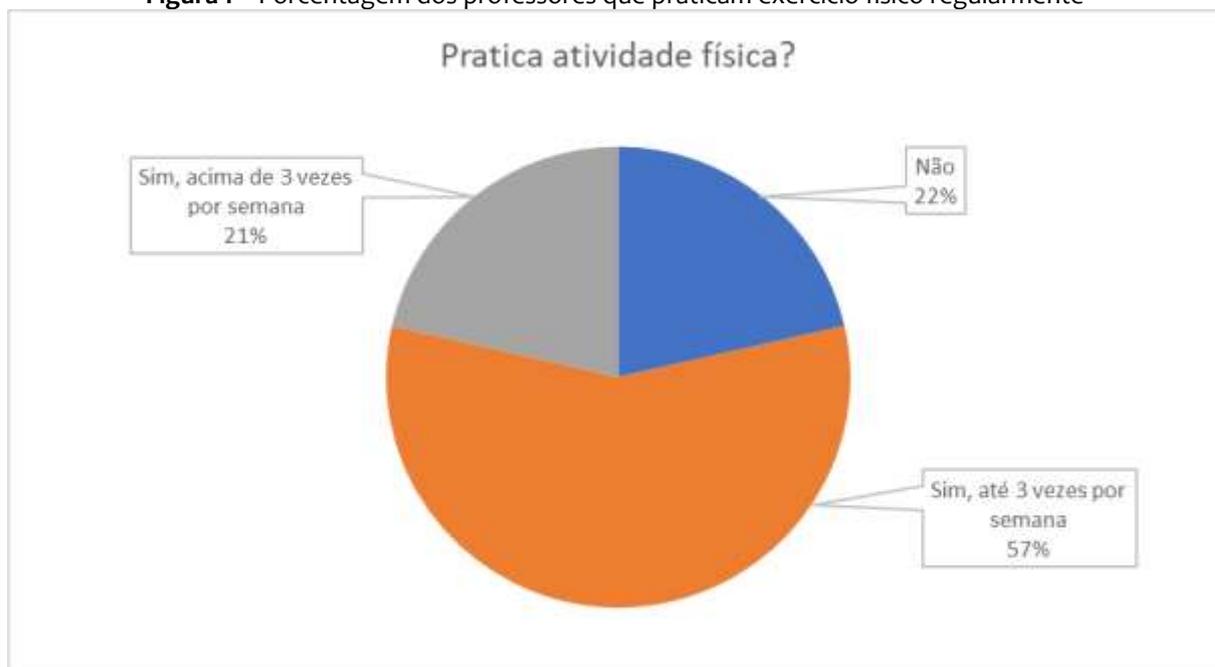
De acordo com Areia e Guimarães (2004), em seu estudo, perceberam que as mulheres professoras apresentaram maior chance de ficarem doentes que os professores homens. Isto porque, além da jornada de trabalho escolar, tradicionalmente a maioria das mulheres no Brasil ainda mantem uma outra jornada de trabalho, lidando com afazeres domésticos e cuidados com a família. Isso ocasiona um esgotamento físico e mental e conseqüentemente problemas mais sérios de saúde. Pimentel, Aymar e Lawson (2018) corroboram com essa ideia e ainda complementaram apresentando relação entre as diferenças de gênero e as políticas neoliberais:

A desigualdade econômica e a de gênero estão estreitamente inter-relacionadas. (...) Não é por acaso que as mulheres estão amplamente super-representadas em muitos dos empregos de pior remuneração e menos seguros. Ao redor do mundo, normas sociais, atitudes e crenças desvalorizam o status e as habilidades das mulheres, justificam a violência e a discriminação de que são vítimas e

determinam os empregos aos quais elas podem – ou não – se candidatar (PIMENTEL; AYMAR; LAWSON, 2018, p.10-11).

Adentrando no questionário, a primeira pergunta foi referente a saúde docente e buscou elucidar a quantidade de docentes de Educação Especial, do município de Jacobina/BA, que praticam atividade física. Os dados coletados estão expostos no gráfico da figura 1.

Figura 1 – Porcentagem dos professores que praticam exercício físico regularmente



(Fonte: Elaboração própria, 2019)

Os dados demonstram que 22% dos docentes pesquisados deixaram claro que não praticam nenhum tipo de atividade física. Já 57% disseram que praticam regularmente algum tipo de atividade física, no caso, até 3 vezes por semana. Já para 21% dos sujeitos participantes da pesquisa, a atividade física é executada numa frequência acima de 3 vezes por semana. Os resultados demonstram que 78% dos docentes praticam algum tipo de atividade física regular.

Por conta de não ter sido encontrado qualquer estudo referente a saúde docente ou atividade física de professores de Educação Especial, os dados deste artigo foram analisados em contraste com outras pesquisas referentes a saúde docente e a atividade física dos professores das turmas regulares da Educação básica.

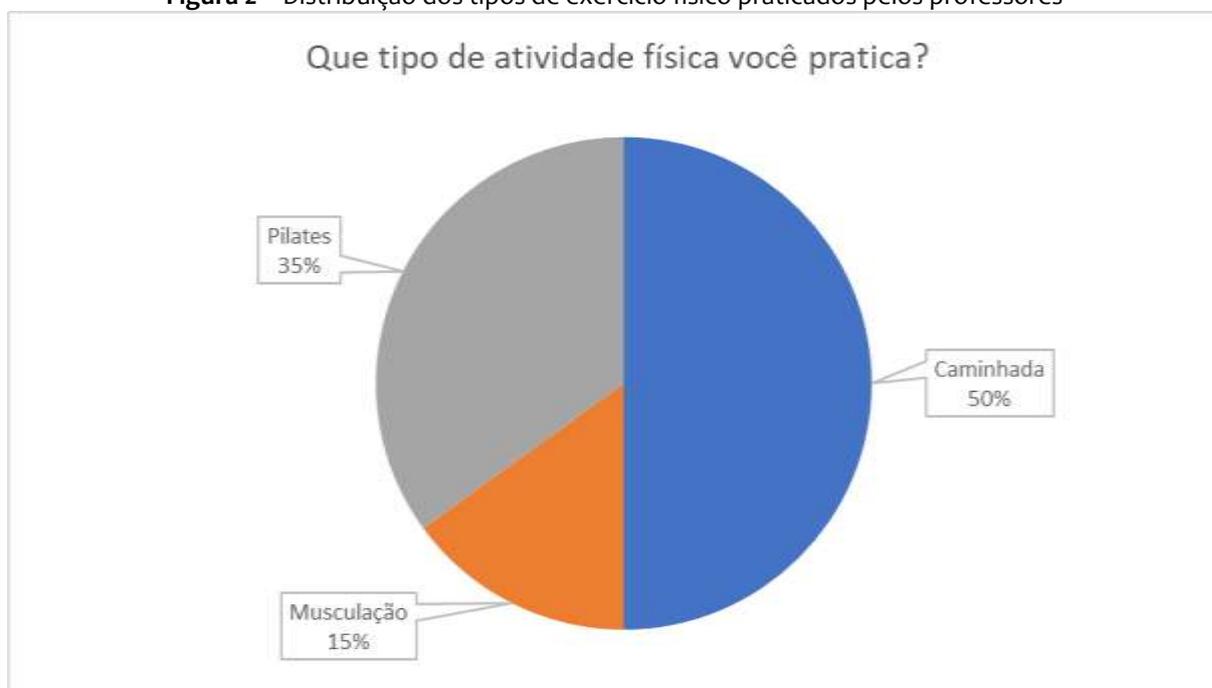
Contrariamente aos achados deste artigo, Folle e Farias (2012), em seu estudo, analisou a qualidade de vida e a atividade física de 71 docentes que atuam em três escolas estaduais da cidade de Palhoça, do estado de Santa Catarina. Os resultados demonstraram que a qualidade de vida dos docentes pode ser considerada razoável. Além disso, foi observado que a maioria dos docentes não praticam atividade física regular, tendo apenas um percentual muito pequeno de professores que praticam. O estudo deixa claro que a maioria dos sujeitos encontram-se sedentários.

Já o artigo de Häfele e Silva (2014) teve como objetivo verificar o nível de atividade física de 73 docentes atuantes em escolas do município de Morro Redondo, estado do Rio Grande do Sul. Os resultados indicaram que a média total de atividade física informado pelos professores foi de 1701,7 minutos por semana. Também foi observado que 61,6% dos docentes apresentaram nível de atividade física insuficiente e apenas 11% dos professores foram considerados suficientemente ativos, ambos referentes ao lazer. Já no que se refere ao trabalho e a atividade referente ao ambiente doméstico demonstraram que 19,2% e 69,9%, respectivamente, são considerados suficientemente ativos. Os autores concluíram então que a média dos docentes participantes do estudo apresentaram baixos níveis de atividade física.

Mota Júnior *et al.* (2017) produziram uma pesquisa que teve como objetivo avaliar o nível de atividade física de 200 professores, de ambos os sexos, da rede pública de Viçosa, estado de Minas Gerais. Os autores utilizaram dois instrumentos diferentes, o Questionário internacional de atividade física, conhecido como IPAQ e a avaliação de passos através do pedômetro. Os resultados demonstram que na avaliação do IPAQ 70% dos professores atingiram níveis adequados de atividade física, enquanto, pelo pedômetro apenas 26.5%. Os autores concluíram então que não houve concordância entre os dois instrumentos de pesquisa, já que pelo IPAQ a maioria dos professores foram considerados fisicamente ativos, mas pelo pedômetro a maioria foi considerada inativa.

Voltando aos dados de nossa pesquisa, dos 78% de docentes praticantes de atividade física, o gráfico da figura 2 apresenta a distribuição dos diferentes tipos de atividades que eles mais exercem.

Figura 2 – Distribuição dos tipos de exercício físico praticados pelos professores



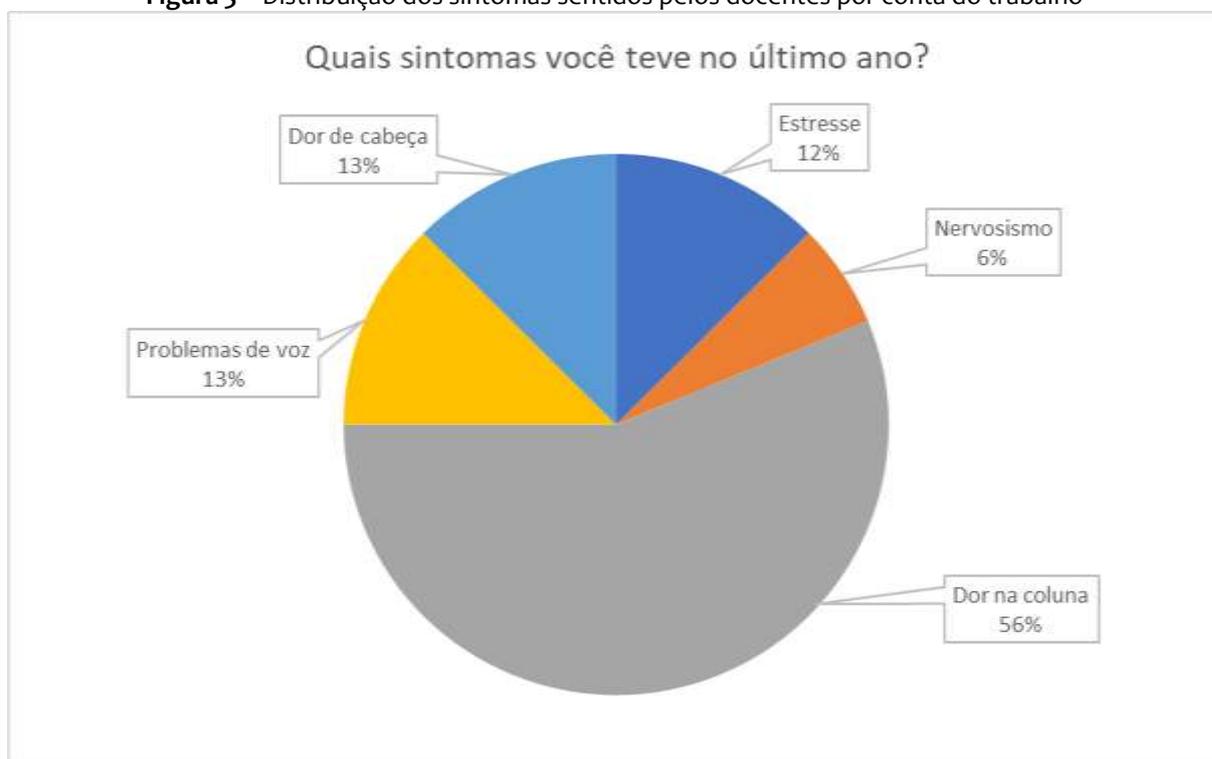
(Fonte: Elaboração própria, 2019)

Metade dos docentes (50%) disseram praticar caminhada ou corrida ao ar livre. Já 35% dos professores frequentaram estúdio de Pilates e 15% afirmaram praticar Musculação em academia de ginástica.

Foi possível perceber que a maioria dos docentes que atuam com AEE no município de Jacobina/BA consideram a atividade física como um importante elemento de suas vidas. Isso se mostra um dado importante, pois deixa claro que os professores participantes do estudo estão a par dos problemas que a vida sedentária acarreta, principalmente como um importante fator de risco para o aparecimento de várias doenças crônico degenerativas (FALEIRO *et al.*, 2017).

Posteriormente foi indagado aos professores se sentem ou sentiram algum dos sintomas apresentados no questionário, decorrentes do seu trabalho como professor de AEE. Os achados estão apresentados no gráfico da figura 3.

Figura 3 – Distribuição dos sintomas sentidos pelos docentes por conta do trabalho



(Fonte: Elaboração própria, 2019)

Em primeiro lugar apareceram as dores na coluna ou nas articulações, citados por 56% dos docentes. 13% disseram já terem tido dores de cabeça. Também 13% disseram ter tido problemas de voz. 12% tiveram sintomas de stress e 6% afirmaram terem tido crises de nervosismo.

Estes dados podem ser analisados em paralelo com outras pesquisas referentes saúde docente na educação básica, como por exemplo, o estudo de Silva e Guillo (2015), com 20 professores de escolas estaduais de uma cidade do Sudoeste de Goiás e demonstraram que 70% dos docentes indicaram o estresse como a condição mais citada. Em seguida aparece os problemas relacionados a voz com 55%. As doenças referentes a dores musculoesqueléticas, tais como dor nas costas e membros, foram citadas por 30%. Outras doenças referentes a saúde mental, como depressão, ansiedade, nervosismo e crises de pânico foram citados por 25% dos docentes.

No estado da Bahia, temos o estudo de Eugênio, Souza e Lauro (2017), que tratou sobre a saúde e o adoecimento dos docentes de um município do interior. A pesquisa

contou com a aplicação de um questionário a 53 professores, sendo que destes 5 docentes também participaram de uma entrevista. Os resultados indicaram que a saúde dos professores pesquisados está comprometida, muitos desenvolvendo sintomas variados, como: problemas da voz, dores em tendões e articulações, estresse, angústia, desânimo, apatia e impaciência. Os autores deixam claro que esses sintomas são decorrentes de uma série de problemas sociais advindos das reformas neoliberais.

As pesquisas iniciais, que delineiam esse fenômeno, têm apontado que a saúde do trabalhador docente é cada vez mais debilitada em razão de situações de vida associadas a motivos variados de saúde, do cansaço físico de ficar em pé por várias horas ministrando aula, no uso excessivo da fala, até mesmo problemas emocionais resultante das inúmeras às insatisfações cotidianas no exercício efetivo da profissão, o processo de desvalorização da categoria docente, ausência de infraestrutura de trabalho de qualidade, o baixo ganho de remuneração e os problemas familiares, entre outros (EUGÊNIO, SOUZAS e LAURO, 2017, p. 180).

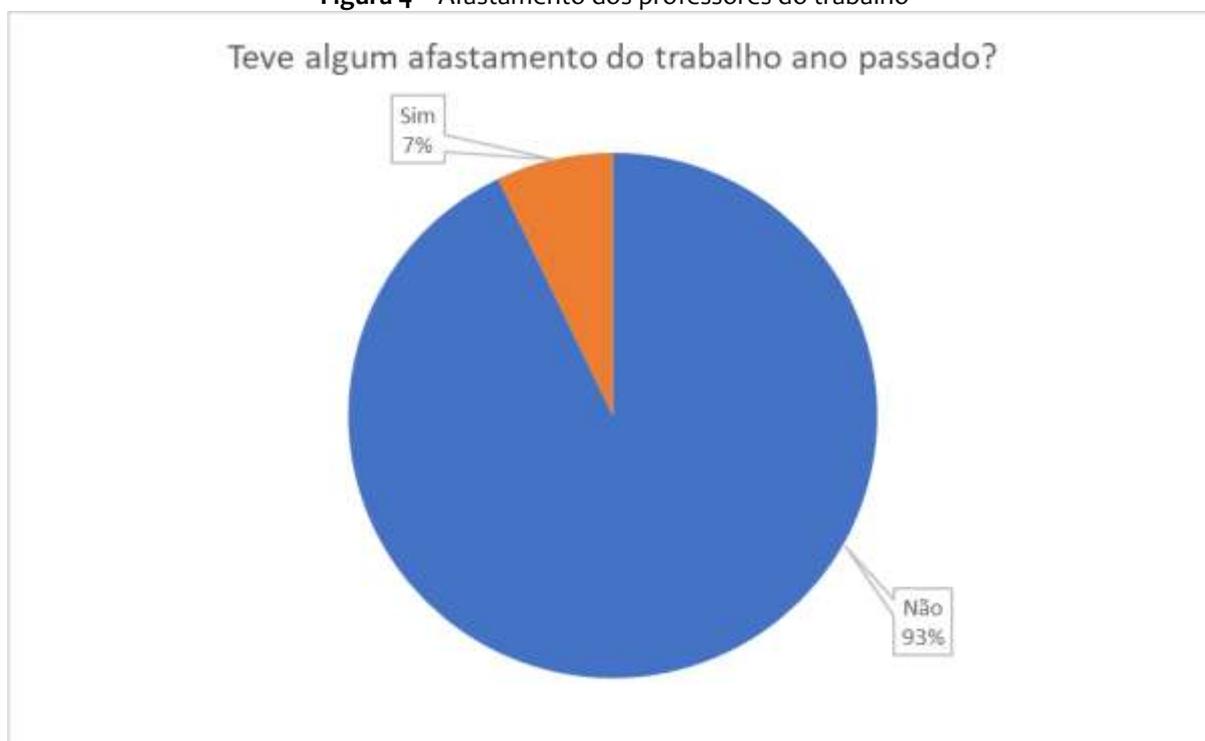
Tostes *et al.* (2018) fizeram um estudo sobre o sofrimento mental com mil e vinte e um (1021) docentes do ensino público do estado do Paraná. Os resultados demonstraram que foram observados em 75% dos docentes distúrbios psíquicos menores, 70% apresentaram ansiedade e 44% apresentaram depressão. Está claro que alguns docentes demonstrarem ter mais de um sintoma.

Os resultados também indicaram que existe associação relevante destes sintomas com outros elementos, tais como: o fato do docente ter outra doença, os professores que levam trabalho para casa, docentes com maior tempo de carreira, aqueles que trabalham com o ensino fundamental e as professoras do sexo feminino.

Os autores descobriram que os docentes da rede estadual de educação do Paraná apresentaram níveis de sofrimento mental muito mais elevados que os apresentados em outros grupos profissionais.

Também foi perguntado aos docentes se eles tiveram afastamento do trabalho decorrentes de problemas de saúde, no último ano (referente ao ano de 2017). Os dados foram apresentados no gráfico da figura 4:

Figura 4 – Afastamento dos professores do trabalho



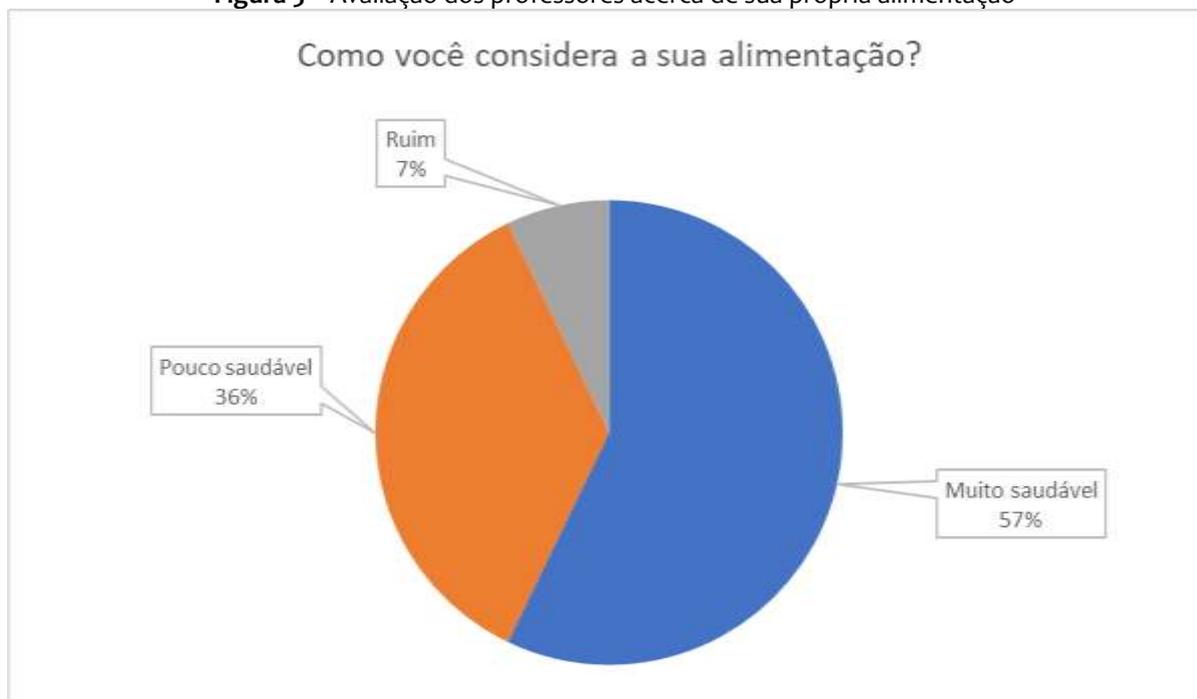
(Fonte: Elaboração própria, 2019)

O Gráfico da figura 4 demonstra que 93% dos professores afirmaram que não se afastaram do trabalho por conta de problemas de saúde. Apenas 7% disseram ter se afastado.

Estes achados vão de encontro a pesquisa de Freitas e Castro (2018) que averiguou proximidade entre as principais causas de mal estar docente que ocorrem nos professores do Brasil e da rede municipal de ensino de Uberaba, estado de Minas Gerais. O estudo também analisou a influência do estresse no trabalho do professor e sua relação com os afastamentos por motivo de saúde, no ano de 2014, dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação de Uberaba-MG. Os resultados indicaram que muitos foram os pedidos de afastamento do trabalho, por conta de problemas de saúde, dos professores de Uberaba, sendo que os problemas de saúde mental e doenças osteomusculares respondem por quase 50% dos afastamentos docentes e também por mais da metade do número de dias de afastamento.

A última questão referente aos elementos da saúde docente pedia aos professores de AEE do município de Jacobina para avaliarem a própria alimentação, segundo seus próprios critérios. O resultado está compilado no gráfico da figura 5.

Figura 5 – Avaliação dos professores acerca de sua própria alimentação



(Fonte: Elaboração própria, 2019)

57% dos docentes consideram sua alimentação como muito saudável. 36% consideram a alimentação pouco saudável e apenas 7% consideram sua própria alimentação ruim.

Não foram encontrados estudos referentes a alimentação de docentes de Educação Especial que atuam em escolas regulares. Mesmo estudos referentes a alimentação de docentes de sala regular da educação básica também foram escassos. Neste caso, os achados deste artigo foram relacionados com apenas duas pesquisas, uma sobre perfil nutricional e o outro referente a professores do ensino superior. Neste caso não é possível mais do apenas aproximações para fundamentar a análise.

A pesquisa de Perin *et al.* (2014) teve como objetivo avaliar o perfil nutricional, consumo e o conhecimento sobre Alimentos Funcionais de 31 professores de escolas estaduais de um município no Nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Os resultados apontaram que o estado nutricional de 61,29% dos professores apresentou alto de risco

de desenvolvimento de doenças cardiovasculares, ao serem relacionados com o índice de massa corporal, excesso de peso e circunferência da cintura.

Já o estudo de Almeida, Kuhn e Genaro (2016) teve como objetivo avaliar o consumo alimentar de 21 docentes que trabalham no curso de nutrição de uma Instituição de ensino superior do interior do estado de São Paulo, fazendo relação com a qualidade de vida. Os resultados do estudo deixaram claro que os docentes consomem pouco leite e seus derivados, além de pouco consumo de legumes, verduras, cereais integrais, frutas. Por outro lado, foi observado alto consumo de carne vermelha e alimentos industrializados.

Como se tratou de uma parte de um estudo mais abrangente voltado para o trabalho docente, este artigo possui como limitações principais o fato de não utilizar instrumentos de coleta de dados consagradas para avaliar saúde de populações e não possuir estudos semelhantes produzidos em outras realidades, afim de possibilitar uma análise mais apurada.

Considerações finais

Aqui retomamos o objetivo deste artigo, que é descrever as condições de saúde dos professores de Educação Especial que atuam com Atendimento Educacional Especializado no município de Jacobina/BA, onde foi possível sintetizar os achados da pesquisa, através dos dados emanados da categoria proposta, referente a saúde docente, que foram focados em questões referentes a elementos da atividade física, sintomas de doenças, afastamento do trabalho e alimentação.

A maioria dos docentes afirmaram praticar algum tipo de atividade física, sendo a caminhada ou corrida ao ar livre a mais citada pelos sujeitos. Porém, a maioria afirmou sentir alguns sintomas debilitantes da saúde por conta do trabalho docente, sendo as dores na coluna ou nas articulações as mais citadas.

Apesar disso uma ínfima parte dos sujeitos entrevistados afirmaram ter se afastado do trabalho nos últimos anos. Acerca da alimentação docente a maioria considera a sua alimentação como sendo muito saudável. Com esse resultado podemos inferir que as condições de saúde dos professores estudados não favorecem de forma significativa para o seu bem-estar, o que influencia negativamente nas condições de trabalho docente.

Por isso, é importante que outras pesquisas sejam feitas nesta população específica, utilizando outras ferramentas de investigação, afim de coletar dados mais aprofundados sobre a saúde docente e assim, contribuírem cada vez mais com a temática.

Referências

ALMEIDA, Fabiana Cristina Gonçalves de; KUHN, Caroline Piloto; GENARO, Sandra Cristina. Análise do consumo alimentar e da qualidade de vida de docentes. **Colloquium Vitae**, v. 8, n.Esp., p.206-211, 2016.

ARAÚJO. Carolina Maia de. **Condições de trabalho docente na educação básica: um estudo sobre a rede pública (zona urbana e rural) na cidade de Serrolândia-Bahia.** 2017. 163 p. Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em Educação Física). Universidade do Estado da Bahia. Jacobina.

AREIAS, Maria Elenice Quelho; GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães. Gênero e estresse em trabalhadores de uma Universidade pública do Estado de São Paulo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.9, n.2, p.255-262, 2004.

BORGES, Livia de Oliveira, et al. Condições de trabalho. In P. F. Bendassolli & J. E. Borges-Andrade (Org.), **Dicionário Brasileiro de Psicologia do Trabalho e das Organizações.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

CARVALHO, Ana Lúcia Oliveira Freitas de Carvalho. **Educação inclusiva e seus impactos nas práticas pedagógicas na rede municipal de Jacobina/BA: estudo colaborativo na escola professor Carlos Gomes da Silva.** 2016. 240 p. Dissertação (Mestrado em Educação e Diversidade), Universidade do Estado da Bahia, Jacobina.

EUGÊNIO, Benedito; SOUZAS, Raquel; LAURO, Angela Dias Di. Trabalho e adoecimento do professor da educação básica no interior da Bahia. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v.3, n.2, p.179-194, 2017.

FALEIRO, Rita de Cássia, et al. Avaliação do sedentarismo e risco de eventos cardiovasculares e sua correlação com o teste de caminhada de seis minutos. **Sinapse Múltipla**, v.6, n.2, p.139-153, 2017.

FOLLE, Alexandra; FARIAS, Gustavo de. Nível de qualidade de vida e de atividade física de professores de escolas públicas estaduais da cidade de Palhoça (SC). **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v.11, n.1, p.11-21, 2012.

FREITAS, Cíara Aline de; CASTRO, Ralph de. Saúde do professor: um olhar para o Brasil e para os servidores da rede municipal de ensino de Uberaba-MG. **Anais do XII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE)**. Curitiba – PR. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HÄFELE, Vitor; SILVA, Marcelo Cozzensa da. Nível de atividade física de professores da cidade de Morro Redondo/RS. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, Pelotas, v.19, n.4, p.475-476, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades>. Acessado em 12 de setembro de 2018.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Volume I. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. Tomo I. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

MOTA JÚNIOR, Rômulo José, *et al.* Nível de atividade física em professores do ensino básico avaliados por dois instrumentos. **Journal of Physical Education**, v.28, n.1, p.e2833, 2017.

NASCIMENTO, Maria das Graças Chagas de Arruda, SANTOS, Jéssica Valentim. As percepções de professores acerca das condições de trabalho e sua relação com a aprendizagem profissional no início da carreira. **Anais da 37ª Reunião Nacional da ANPEd** – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga (org). **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MAUÉS, Olgaíses Cabral. A formação docente no Brasil: cenário de mudanças políticas e processos em debate. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

PEREIRA, Daniel Augusto de Moura. Condições de trabalho e efeitos sobre a saúde dos professores da rede municipal de ensino de João Pessoa – PB. **Anais do XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, São Carlos, SP, Brasil, 12 a 15 de outubro de 2010.

PERIN, Lisiane, *et al.* Avaliação do perfil nutricional, consumo e conhecimento sobre alimentos funcionais de docentes em escolas públicas. **Perspectiva**, Erechim, v.39, n.145, p.73-83, 2015.

PIMENTEL, Diego Alejo Vásquez; AYMAR, Iñigo Macías; LAWSON, Max. **Compensem o trabalho, não a riqueza**. Oxfam Internacional, Oxford, 2018.

SANTOS, Jéssica Pinho dos Santos. **Condições de trabalho docente na educação básica: um estudo sobre a rede pública municipal da cidade de Jacobina-Bahia.** 2017. 140 p. Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em Educação Física). Universidade do Estado da Bahia. Jacobina.

SILVA, Maria Cristina Vieira de Cristo e. **Condições de Trabalho e Clima de Segurança dos operários da Construção de Edificações.** 2013. 99 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

SILVA, Regisnei Aparecido Oliveira; GUILLO, Lídia Andreu. Trabalho docente e saúde: um estudo com professores da educação básica do sudoeste goiano. **Itinerarius Reflectionis**, v.11, n.2, p.2-17, 2015.

TAMEZ, S. Saúde docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente.** Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

TOSTES, Maiza Vaz, et al. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v.42, n.116, p.87-99, 2018.

VILELA, Rita Amélia Teixeira; NAPOLES, Juliane Noack. “Hermenêutica objetiva” e sua apropriação na pesquisa empírica na área da educação. **Linhas Críticas**, Brasília, v.16, n.31, p.305-326, 2010.

Artigo recebido em: 20 de janeiro de 2019
Aprovado em: 11 de maio de 2019

SOBRE OS AUTORES

Osni Oliveira Noberto da Silva é um pesquisador e professor brasileiro. Ele possui experiência em educação, com ênfase em Educação Física, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas e gestão em educação física, esporte e lazer; historiografia esportiva; pesquisa e prática pedagógica; fundamentos psicológicos da educação; currículo; formação profissional; condições de trabalho docente; educação especial e educação física adaptada.

Contato: onoberto@uneb.br

ORCID: 0000-0001-5028-0889

Theresinha Guimarães Miranda é uma pesquisadora e professora brasileira. Ela possui experiência na área de educação, com ênfase em educação especial, atuando principalmente nos seguintes temas: educação especial numa perspectiva inclusiva, formação de professor, deficiência intelectual e política educacional.

E Contato: tmiranda@ufba.br ORCID: 0000-0002-7762-7739

Miguel Angel Garcia Bordas é um professor e pesquisador espanhol. Atualmente é professor Titular , aposentado da Universidade Federal da Bahia FAGED/UFBA e trabalha como professor Especial vinculado aos Programas de Posgraduação em Educação e o Doutorado Multiinstitucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento com temas relacionados à formação de professores com questões de sociosemiotica na construção de conhecimento numa perspectiva sociocultural refletindo sobre matrizes da linguagem e do pensamento, formas de convivência, valores e princípios estéticos e morais, como lugares e não lugares, territórios e ideologias em diversas culturas que constituem os imaginários sociais existentes, focalizando questões e conflitos de inclusão assim com temas de (in)disciplina, violência e educação especial . Pesquisa também as relações entre educação e práxis nos processos de (des)qualificação social, simbólica e material de políticas assistenciais que promovem formas de construção e institucionalização da pobreza e exclusão no III Milênio, criando novas categorias e estratos sociais de acordo com os preconceitos de culturas dominantes homogenizadoras que, ao invés de se pautarem numa pedagogia que considera e respeita as diferenças, prima por regularizar todo priorizando os conceitos de "normal", "regular" e "comúm" promovendo e mantendo sistemas de resistências preconceituosas para uma inclusão.

Contato: magbordas@gmail.com

ORCID: 0000-0001-5970-9581